



AG

**ANDRADE
GUTIERREZ**

PARTICIPAÇÕES

2022

Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro
de 2022

Andrade Gutierrez Participações S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

CONTEÚDO

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Marcio Magno
Diretor Centro de Serviços
Compartilhados
marcio.magno@agnet.com.br

Leandro Gonçalves
Gerente de Contabilidade
leandro.goncalves@agnet.com.br

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	2
BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	15
4. SEGMENTOS.....	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	17
8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	18
9. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	22
10. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS.....	22
11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	24
12. DEBÊNTURES A PAGAR.....	24
13. PARTES RELACIONADAS	28
14. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	29
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	30
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	32
17 RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	33
18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	33
19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDO	34
20. RESULTADO FINANCEIRO	35
21. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	35
22. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	36
23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA.....	39
24. EVENTOS SUBSEQUENTES	39
25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	40

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Andrade Gutierrez Participações S.A
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Andrade Gutierrez Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Andrade Gutierrez Participações S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme apresentado na nota explicativa nº 13, a Companhia mantém operações financeiras relevantes com partes relacionadas, onde parte substancial das operações são representadas por mútuos e notas de débito. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individual e consolidado livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individual e consolidado, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2023.

Handwritten signature of Luiz Claudio Fontes in black ink.

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC – 1RJ-032.470/O-9-T-SP

Handwritten signature of Leonardo Coelho de Almeida Mendes in black ink.

Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador CRC – MG 94.028/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Balço Patrimonial

Levantados em 31 de dezembro de 2022 (expressos em R\$ mil)



PARTICIPAÇÕES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.840	13.238	18.851	13.239
Títulos e valores mobiliários	6	189.234	18.188	189.234	18.188
Créditos com partes relacionadas	13	17.937	2.036	17.937	2.036
Impostos a recuperar	7	2.219	1.809	2.248	1.838
Ativos mantidos para venda	8	-	1.511.122	-	1.511.122
Outros ativos circulantes		623	632	623	632
Total do ativo circulante		228.853	1.547.025	228.893	1.547.055
Não circulante					
Ativo realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	587.952	-	587.952	-
Créditos com partes relacionadas	13	229.317	234.999	229.317	234.999
Outros ativos realizáveis a longo prazo	9	16.216	16.204	16.216	16.204
Total do realizável a longo prazo		833.485	251.203	833.485	251.203
Investimentos	8	28.421	17.019	28.400	16.993
Imobilizado		32	30	32	30
Direitos de uso de arrendamentos	10	112	100	112	100
Total do ativo não circulante		862.050	268.352	862.029	268.326
Total do ativo		1.090.903	1.815.377	1.090.922	1.815.381
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e subempreiteiros		693	5.285	706	5.286
Debêntures a pagar	12	33.476	870.742	33.476	870.742
Passivos de arrendamentos	10	199	67	199	67
Débitos com partes relacionadas	13	1.480	296	1.483	296
Salários, provisões e obrigações sociais		683	1.981	683	1.981
Impostos e contribuições a recolher	11	79.194	617	79.197	620
Outros passivos circulantes		4.429	18	4.429	18
Total do passivo circulante		120.154	879.006	120.173	879.010
Não circulante					
Debêntures a pagar	12	259.826	1.406.456	259.826	1.406.456
Impostos e contribuições a recolher	11	304.698	-	304.698	-
Débitos com partes relacionadas	13	41	41	41	41
Provisões para risco	14	27	165.072	27	165.072
Provisão para perdas em investimentos	8	1.450	3.976	1.450	3.976
Total do passivo não circulante		566.042	1.575.545	566.042	1.575.545
Patrimônio líquido					
Capital social	16	2.377	2.377	2.377	2.377
Ações em tesouraria		(85)	(85)	(85)	(85)
Resultados acumulados		415.613	(563.547)	415.613	(563.547)
Outros resultados abrangentes		(13.198)	(77.919)	(13.198)	(77.919)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas		404.707	(639.174)	404.707	(639.174)
Total do patrimônio líquido		404.707	(639.174)	404.707	(639.174)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.090.903	1.815.377	1.090.922	1.815.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



PARTICIPAÇÕES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços prestados e vendas	17	-	28.055	-	28.055
Custos dos serviços prestados e das vendas	18	-	(14.539)	-	(14.539)
Lucro (prejuízo) Bruto		-	13.516	-	13.516
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(110.233)	(23.995)	(110.240)	(23.996)
Resultado de equivalência patrimonial	8	630.042	27.527	630.047	27.528
Reversões de (provisões para) perdas e riscos, líquido	14	165.045	(52.322)	165.045	(52.322)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	19	1.701.160	9.110	1.701.160	9.110
		2.386.014	(39.680)	2.386.012	(39.680)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		2.386.014	(26.164)	2.386.012	(26.164)
Resultado financeiro, líquido	20	(273.652)	(159.217)	(273.650)	(159.217)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.112.362	(185.381)	2.112.362	(185.381)
Tributos sobre o lucro					
Corrente	15	(324.290)	-	(324.290)	-
		(324.290)	-	(324.290)	-
Resultado líquido		1.788.072	(185.381)	1.788.072	(185.381)
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas:					
	21				
Ação ordinária - em R\$		1,2971	(0,1345)	1,2971	(0,1345)
Ação preferencial - em R\$		1,4268	(0,1479)	1,4268	(0,1479)
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas:					
	21				
Ação ordinária - em R\$		1,1488	(0,1183)	1,1488	(0,1183)
Ação preferencial - em R\$		1,2807	(0,1202)	1,2807	(0,1202)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



PARTICIPAÇÕES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	1.788.072	(185.381)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado		
Ajustes de avaliação patrimonial, reflexos	(27.395)	21.911
Outros resultado abrangentes	92.116	(1.832)
	64.721	20.079
Total do resultado abrangente	1.852.793	(165.302)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



	Resultados acumulados							Patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.377	(85)	-	-	-	(378.669)	(97.998)	(474.375)
Apropriação do lucro não realizado	-	-	-	-	-	517	-	517
Outras transações de capital	-	-	-	-	-	(14)	-	(14)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(185.381)	-	(185.381)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	20.079	20.079
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.377	(85)	-	-	-	(563.547)	(77.919)	(639.174)
Apropriação do lucro não realizado	-	-	-	-	-	345	-	345
Constituição de reserva legal	-	-	475	-	-	(475)	-	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	2.377	-	(2.377)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	412.761	(412.761)	-	-
Distribuição de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	(809.257)	-	(809.257)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.788.072	-	1.788.072
Outros resultados abrangentes, reflexos	-	-	-	-	-	-	(27.395)	(27.395)
Realização de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	92.116	92.116
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.377	(85)	475	2.377	412.761	-	(13.198)	404.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do exercício		1.788.072	(185.381)	1.788.072	(185.381)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	18	1.423	2.008	1.423	2.008
Juros de arrendamento/ empréstimos e variações cambiais líquidas	20	259.266	142.621	259.266	142.621
Equivalência patrimonial	8	(630.042)	(27.527)	(630.047)	(27.528)
Constituição de provisão para riscos, líquidas	14	(165.045)	52.322	(165.045)	52.322
Custo na emissão de debêntures	12	21.635	6.571	21.635	6.571
(Ganho) perda em investimentos	19	(1.901.235)	(9.205)	(1.901.235)	(9.205)
		(625.926)	(18.591)	(625.931)	(18.592)
(Aumento) redução dos ativos operacionais					
Impostos a recuperar		(15.901)	881	(15.901)	881
Outros ativos		(3)	15.340	(3)	15.340
		(15.904)	16.221	(15.904)	16.221
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Fornecedores e subempreiteiros		(4.592)	(2.350)	(4.580)	(2.349)
Salários, provisões e obrigações sociais		1.184	5	1.184	5
Impostos e contribuições a recolher		311.001	(726)	311.001	(726)
Outros passivos		(9)	(3.772)	(9)	(3.772)
		307.584	(6.843)	307.596	(6.842)
Dividendos recebidos					
Dividendos recebidos	8	-	49.820	-	49.820
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos					
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	12	(206.873)	(54.543)	(206.873)	(54.543)
Pagamento de juros de arrendamentos					
Pagamento de juros de arrendamentos	10	(15)	(22)	(15)	(22)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(541.134)	(13.958)	(541.127)	(13.958)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Títulos e valores mobiliários		(728.807)	(8.192)	(728.807)	(8.192)
Aumento de capital em investidas	8	(12.381)	(10.101)	(12.381)	(10.101)
(Pagamento na aquisição) recebimento na venda do ativo imobilizado e intangível, líquido		(16)	(19)	(16)	(19)
Recebimento de empresas ligadas, líquido		28.346	35.137	28.349	35.137
Recebimento por alienação de participação em investida	19	4.127.060	-	4.127.060	-
Aquisição de participação em investimento	8	(15.000)	-	(15.000)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		3.399.202	16.825	3.399.205	16.825
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Dividendos pagos		(809.257)	-	(809.257)	-
Pagamento de principal das obrigações de financiamentos	12	(2.041.906)	(2.977)	(2.041.906)	(2.977)
Pagamento de passivos de arrendamentos	10	(1.303)	(1.189)	(1.303)	(1.189)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(2.852.466)	(4.166)	(2.852.466)	(4.166)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		5.602	(1.299)	5.612	(1.299)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	13.238	14.537	13.239	14.538
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício					
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	18.840	13.238	18.851	13.239
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		5.602	(1.299)	5.612	(1.299)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Andrade Gutierrez Participações S.A. (“Companhia” ou “AGPAR”), sediada na Avenida do Contorno, nº 8.123 em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma holding que tem como principal objetivo a participação no capital de empresas que atuam na concessão de serviços públicos e/ou privados. A Companhia cabe o papel de definir estratégias e monitorar resultados.

A AGPAR, por ser uma holding, tem uma estrutura patrimonial diferente da maioria das empresas operacionais. Com isto, ela administra sua estrutura de capital visando sua capacidade de continuidade operacional de maneira a oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios aos demais stakeholders. Busca também manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. As ações que são tomadas nesse sentido, passam pela análise e adequação de seu endividamento, buscando alternativas para manter equilibrada sua estrutura de dívidas à luz da situação atual e expectativas de resultados futuros. Com isso, os resultados da AGPAR dos últimos exercícios foram negativamente afetados por eventos não recorrentes, como o reconhecimento de provisão para contingências (conforme nota explicativa nº 14), o resultado negativo de venda de debêntures, e o reconhecimento, por uma das investidas, de despesas assumidas no âmbito de acordo de leniência. O reconhecimento das despesas financeiras sobre os financiamentos contribuíram para a redução dos resultados. No terceiro trimestre de 2022 foi possível reverter este cenário com a alienação de sua participação na investida CCR. O efeito dessa venda foi a reversão do Patrimônio Líquido da Companhia, que estava negativo em 31 de dezembro de 2021 em R\$639.174, passando a ser positivo, em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$404.707.

Segmentos de atuação

Em 31 de dezembro de 2022, as áreas de investimento da Companhia, independentes entre si e cada qual responsável pela condução de seus respectivos interesses, estão estruturadas em quatro segmentos: Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos; Madeira Energia; Arenas; e Outros.

Informações adicionais sobre os investimentos da Companhia, segregados pelos segmentos de atuação, estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

No exercício de 2022, não ocorreram alterações na estrutura e composição dos segmentos de atuação da Companhia em relação àqueles apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

1.1. Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos

O segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos é representado pelos investimentos de 33,33% do capital social da Companhia Operadora de Rodovias (“COR”), bem como a participação de 32,67% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (“COPER”).

1.1.1. Controlada em conjunto COR

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços relacionados com a operação de rodovias, compreendendo serviços de controle, inspeção e fiscalização de trânsito, serviços de atendimento emergencial, médico e mecânico, serviços de comunicação e informação aos usuários, serviço de arrecadação de pedágio, serviços de pesagem de veículos, serviços de manutenção de equipamentos mecânicos e eletroeletrônicos.

1.1.2. Controlada em conjunto COPER

Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (“COPER”), que realiza a prestação de serviços de operação e manutenção da Rodovia Presidente Dutra – BR 116 / RJ-SP, cujo contrato de concessão para exploração da rodovia, que inicialmente iria até 28 de fevereiro de 2021, foi prorrogado para 28 de fevereiro de 2022. Entretanto, essa extensão de prazo no contrato de concessão não se aplica ao contrato entre o COPER e a Concessionária, que foi encerrado em 28 de fevereiro de 2021. Com isto, o COPER deixa de ter qualquer atividade operacional, e o seu prazo de encerramento será o necessário para a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades.

1.1.3. Controlada em conjunto CCR

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), fundada em 1998 por 5 grandes grupos empresariais, dentre elas o grupo Andrade Gutierrez, é atualmente um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. Tem

como objetivo atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades. Até agosto de 2022 a Companhia detinha 14,86% do capital social da CCR.

Alienação do investimento na CCR

Em 12 de setembro de 2022, foi concluída a alienação da participação da totalidade das ações detidas pela AGPAR na CCR para Itaúsa e Votorantim, conforme nota explicativa nº 8.3(a).

1.2. Segmento Madeira Energia

O segmento Madeira Energia é representado pela participação da Companhia em 16,58% do capital total, sendo 49,33% do capital votante, da controlada em conjunto SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”) que, por sua vez, investe diretamente na Madeira Energia S.A. (“MESA”), com 5,11% do total de suas ações.

1.2.1. Controlada em conjunto SAAG

A SAAG é uma sociedade por ações, de capital fechado, que tem por objetivo social a participação no capital social da Madeira Energia S.A. e é uma holding controlada pelo Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”) e a Companhia. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia possui 16,58% do capital total da SAAG.

1.2.2. Coligada indireta Madeira Energia

A Madeira Energia S.A. “MESA” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, com sede no município de São Paulo, e é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A., que tem como objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo “bulbo” que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água. A sua Licença de Operação vigente (Nº 1044/2011-1ª Renovação-2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026.

Em 31 de dezembro de 2022, a Usina Hidrelétrica Santo Antônio possuía 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.424,2 MW médios de garantia física.

A garantia física da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, a partir de janeiro de 2023, será de 2.313,3 MW médios (redução de 110,9 MW médios) conforme Portaria MME nº 704/GM/MME.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio iniciou a sua operação comercial em 2012 com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em dezembro de 2016 quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial.

A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 Unidades Geradoras – 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs correspondendo a 1.552 MW médios, distribuídos entre 37 contrapartes (empresas distribuidoras de energia elétrica) com vencimento no ano de 2041.

Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com 8 grandes clientes com vencimento no ano de 2027.

A energia adicional, referente às 06 novas Unidades Geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira:

- A Santo Antônio Energia S.A participou do 19º leilão de energia A-3, no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEARs começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046.

• Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre – CCEALS com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029.

1.3. Segmento Arenas

O segmento Arenas é representado pela participação detida pela Companhia de 50% no capital social da SPE Holding Beira Rio S.A. (“BRIO”). A BRIO é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Borges de Medeiros, nº 2.500, sala 1212, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o restante do capital social da BRIO é detido pelo Fundo de Investimentos em Participações Beira Rio (“FIP BTG”), fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado pertencente ao Grupo BTG Pactual.

O objeto social da BRIO é a renovação, reforma e modernização do Complexo Beira-Rio, situado na Av. Padre Cacique nº 891, em Porto Alegre/RS, por si ou por terceiros. Compreende a exploração comercial de cadeiras, camarotes e afins que compõe o Estádio Beira-Rio, além da exploração, incorporação e intermediação imobiliária no prazo de 20 anos. É responsável pela operação das atividades vinculadas ao Complexo Beira-Rio: (i) de Catering (alimentação e bebidas) nos bares e restaurantes atualmente existentes e a serem criados no Estádio Beira-Rio; (ii) das áreas de lojas do Complexo Beira-Rio; e (iii) do edifício garagem.

Ao final da concessão a BRIO entregará os bens adquiridos ou construídos para o Sport Club Internacional (“SCI”), não cabendo à ela qualquer indenização, direito de retenção ou compensação pela realização das obras e serviços.

Em 19 de março de 2012, a BRIO assinou com o SCI um contrato de “Construção, Renovação e Operação do Complexo Beira-Rio”. A FIFA escolheu o Estádio Beira-Rio para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Para tanto, o estádio precisou ser adequado aos padrões internacionais exigidos pela entidade. Diante dos investimentos requeridos para a modernização, o SCI assinou o referido contrato com a SPE, que aporta recursos financeiros em contrapartida ao direito de explorar áreas do complexo.

1.4. Segmento Outros

O segmento Outros é representado pelas participações de 100% do capital social da AGC Energia S.A., bem como 50% do capital social da Evolua Energia Participações S.A..

1.4.1. Controlada AGC Energia

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social participar no capital social de empresas do segmento de energia. No decorrer do ano de 2017 a AGC Energia vendeu a totalidade de ações que detinha de CEMIG, equivalente a 6,70% do capital social. A Administração da Companhia monitora constantemente novas oportunidades de investimento para esta investida.

1.4.2. Controlada em conjunto Evolua Energia Participações S.A. (“Evolua”)

A Evolua é uma empresa focada no desenvolvimento, implantação e gestão comercial de projetos fotovoltaicos no setor de Geração Distribuída, e passou a integrar a relação de investimentos da Companhia em 2020. A Evolua é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida do Contorno, 8279, sala 300-A4, Gutierrez, Belo Horizonte, Minas Gerais, controlada em conjunto pela Companhia que, em 31 de dezembro de 2021, possuía 33,33% do capital social na investida e em 31 de dezembro de 2022 detinha 50% de participação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e

Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Os instrumentos financeiros são mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo, no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (“R\$”). Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares, exceto quando indicado de outra forma).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na inferência e conhecimento da administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas em diante, sem efeito em períodos anteriores.

As informações sobre os principais julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

2.4.1. Determinação da vida útil e depreciação – ativos imobilizados

A determinação da vida útil de itens do ativo imobilizado é feita com base em informações históricas e na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A Companhia conta com uma área composta por profissionais especialistas que aplicam premissas, estimativas e julgamentos para concluir sobre a vida útil de itens do ativo imobilizado. Estas estimativas são revistas, no mínimo, anualmente e sempre que há alteração na estimativa de vida útil de determinado bem, os impactos

são reconhecidos no exercício em que houver tal alteração, sem impactos retrospectivos. As estimativas utilizadas para determinação da vida útil podem impactar a determinação do valor depreciável dos ativos e a respectiva curva de depreciação ao longo dos exercícios.

2.4.2. Provisões para contingências

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de profissionais capacitados para avaliar, de acordo com a natureza de cada passivo a ser provisionado, o esforço financeiro a ser requerido para liquidar uma obrigação no final de

cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à tais passivos. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 14.3.

2.4.3. Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e em atendimento às determinações do CPC 32. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ou reconhecido na proporção da probabilidade de que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis e possam ser utilizados. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como as estimativas dos lucros tributáveis futuros, com base em estudos e projeções internas.

2.5. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, com exceção dos itens específicos apresentados abaixo. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.5.1. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou

Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Passivos financeiros

Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

2.5.2. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são os seguintes:

2.6.1. Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis vigentes

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2022 que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia:

	Norma	Descrição da alteração
CPC 27 – Imobilizado	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem receita de itens antes do uso pretendido	
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.	

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.6.2. Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

	Norma	Descrição da alteração
CPC 50 – Contratos de seguros	Adoção inicial.	
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.	
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.	
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	
	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e inclui a demonstração financeira da investida controlada pela Companhia, listada abaixo:

	Controladas	País	Atividade principal	Capital social (%)	
				31/12/2022	31/12/2021
Controlada direta					
AGC Energia S.A.	Brasil		Holding	100	100

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros e prejuízos acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;

Algumas empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas possuem saldos ativos e passivos com outras partes relacionadas que são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial que, por isto, não são contempladas na consolidação destas demonstrações. Como resultado, as demonstrações financeiras consolidadas também apresentam saldos com partes relacionadas

4. SEGMENTOS

As informações por segmento são apresentadas em relação aos negócios e participações da Companhia que foram definidas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia. Os montantes de ativos, passivos, resultado e patrimônio líquido dos segmentos, estão sendo apresentados na nota explicativa nº 8.5.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1. Política contábil

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	345	264	356	265
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	18.495	12.974	18.495	12.974
	18.840	13.238	18.851	13.239

(a) A composição das aplicações financeiras de liquidez imediata é assim apresentada:

Controladora e Consolidado

	Taxas médias ponderadas (a.a)		31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021		
Moeda nacional				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	96% do CDI	88% do CDI	9.947	1.787
Fundo de investimento	104% do CDI	99% do CDI	8.501	11.133
Operações compromissadas	80% do CDI	80% do CDI	47	54
			18.495	12.974

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

6.1. Política contábil

O modelo de negócio da Companhia para os títulos e valores mobiliários caracteriza-se, essencialmente, pela intenção de manter os títulos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais destes instrumentos. Estes instrumentos possuem características de fluxos de caixa que representam unicamente o pagamento de principal mais juros. Considerando estas características e as diretrizes trazidas pelo CPC 48 a Companhia classifica estes títulos e valores mobiliários como ativos financeiros ao custo amortizado.

6.2. Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Debênture privada (a)	155.993	-
Certificado de Depósito Bancário (b)	33.241	-
<i>Time deposit</i> (c)	-	18.188
	189.234	18.188
Não circulante		
Debênture privada (a)	587.952	-
	587.952	-

- (a) Refere-se a 715.000 (setecentos e quinze mil) debêntures adquiridas da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. com o valor nominal de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) cada uma, sendo: (i) 460.000 (quatrocentos e sessenta mil) debêntures da primeira série com vencimento em 28 de outubro de 2027 e remuneração de 125% do CDI a.a.; e (ii) 255.000 (duzentas e cinquenta e cinco mil) debêntures da segunda série, com vencimento em 15 de outubro de 2030 e remuneração de TJLP + 2,5% a.a.
- (b) Refere-se a valor de aplicação financeira, exigido contratualmente, vinculado à 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 12.
- (c) Refere-se a conta reserva, exigida contratualmente, vinculada à 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em ações da Companhia e a valores retidos na conta reserva da 4ª Emissão de Debêntures, conforme nota explicativa nº 12.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

7.1. Política contábil

São reconhecidos nesta rubrica os saldos de créditos tributários a recuperar que se originam, substancialmente, de antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores e das retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar

em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e o referido imposto é retido pela instituição financeira. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundos de suas operações.

7.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IR retido na fonte (a)	2.057	1.646	2.086	1.675
Créditos fiscais - CSLL (b)	158	163	158	163
Outros	4	-	4	-
	2.219	1.809	2.248	1.838

(a) Refere-se ao imposto de renda retido sobre os rendimentos resgatados de aplicações financeiras e de crédito de IRRF oriundo da operação do consórcio COPER e da própria Companhia;

(b) Refere-se a crédito de CSLL oriundo da operação do consórcio COPER.

A administração da Companhia acredita que realizará os referidos créditos com o curso normal de suas atividades e dentro dos próximos doze meses.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

8.1. Política contábil

As participações detidas pela Companhia em controladas, controladas em conjunto ou coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Para as demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos e passivos de controladas, bem como o resultado do exercício, são consolidados linha a linha, enquanto os saldos de coligadas e controladas em conjunto são mantidos pelo método de equivalência patrimonial.

Após calcular os saldos de suas participações nas investidas, através do método de equivalência patrimonial, a Companhia reconhece todas suas participações societárias com saldos positivos na rubrica de "Investimentos" no ativo e as participações societárias em investidas cujo saldo total seja negativo, se houver, serão registradas no passivo não circulante, em rubrica designada como "Provisões para perdas em investimentos".

A Companhia classifica uma investida como controlada quando possui o poder de influenciar, unilateralmente, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo o controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

As controladas em conjunto, são aquelas investidas sobre as quais a Companhia compartilha o controle com outros sócios, sem que possa exercer o controle unilateral, e que exigem consenso para que as decisões estratégicas da investida sejam aprovadas. Conforme demonstrado no item 8.2, em 31 de dezembro de 2022, à exceção da controlada AGC Energia S.A., todas as demais investidas da Companhia estão classificadas como controladas em conjunto.

Ágios

Os ágios gerados nas aquisições das participações acionárias estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ágios possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

8.2. Relação das investidas e principais informações

Um resumo das relações de controle e percentuais de participação da Companhia sobre suas investidas em 31 de dezembro de 2022, pode ser assim demonstrado:

- (c) A AGPAR adquiriu 9.874.850 ações da SPE Beira Rio. Essa aquisição foi realizada por intermédio de aporte feito pelo Fundo de Investimento em Participações Beira Rio ("FIP BTG"). O FIP BTG realizou o aporte do montante total de R\$19.750, sendo R\$9.875, como aumento de capital por conta e ordem da AGPAR e R\$9.875 referente a participação do FIP BTG, mantendo a proporcionalidade de participação das acionistas no empreendimento. O FIP BTG passa a ser credor com o direito de receber R\$9.875 da AGPAR. O valor de R\$5.455 foi quitado ao longo de 2022, com o saldo de R\$4.420 em aberto.
- (d) A AGPAR celebrou no dia 03 de maio de 2022 um instrumento particular de compra e venda de ações ("SPA") com a Greenyellow Brazil B.V. para a compra da totalidade de suas ações na Evolua Energia Participações S.A. Em 07 de julho de 2022, 3.091.432 ações da Greenyellow foram transferidas para a AGPAR pelo valor de R\$15.000, com um ágio de R\$7.900 compondo o saldo do investimento. A AGPAR passou a ter 50% de participação do capital social da Evolua.

8.4. Investimentos do Consolidado - Movimentação

A seguir são apresentadas as movimentações dos investimentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial Consolidado, no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022:

	Movimentação do exercício							31/12/2022	31/12/2022			
	31/12/2021	Patrimônio líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Distribuição / Reversão de dividendos	Ajuste de conversão / O.R.A.	Resultados acumulados / Reservas	Resultado do exercício		Aquisição de participação	Ativo baixado	Patrimônio líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos / Ativos mantidos para venda
Controladas em conjunto												
CCR S.A.	1.511.122	-	1.722	(27.395)	345	647.915	-	(2.133.709)	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(183)	-	-	-	-	(1.267)	-	-	(1.450)	-	(1.450)	-
SAAG Investimentos S.A.	157	174	-	-	-	882	-	-	1.213	1.213	-	-
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	(3.793)	16.627	-	-	-	(10.255)	-	-	2.579	2.579	-	-
Evolua Energia Participações S.A.	16.836	-	-	-	-	(7.228)	15.000	-	24.608	24.608	-	-
Total dos investimentos	1.524.139	16.801	1.722	(27.395)	345	630.047	15.000	(2.133.709)	26.950	28.400	(1.450)	

	Movimentação do exercício							31/12/2021	31/12/2021			
	31/12/2020	Patrimônio líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Distribuição / Reversão de dividendos	Ajuste de conversão / O.R.A.	Resultados acumulados / Reservas	Resultado do exercício		Ganho na variação de participação	Ativo baixado	Patrimônio líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos / Ativos mantidos para venda
Controladas em conjunto												
CCR S.A.	1.432.796	-	(44.777)	19.213	517	103.373	-	(1.511.122)	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias - COR	330	-	-	-	-	(513)	-	-	(183)	-	(183)	-
SAAG Investimentos S.A.	17.332	83	-	-	-	(17.258)	-	-	157	157	-	-
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	47.873	4.219	-	-	-	(55.885)	-	-	(3.793)	-	(3.793)	-
Evolua Energia Participações S.A.	3.155	5.799	-	2.698	-	(2.189)	7.373	-	16.836	16.836	-	-
Total dos investimentos	1.501.486	10.101	(44.777)	21.911	517	27.528	7.373	(1.511.122)	13.017	16.993	(3.976)	
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda												
CCR S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.511.122	1.511.122	1.511.122	-	-
Total dos ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	1.511.122	1.511.122	1.511.122	-	-
	1.501.486	10.101	(44.777)	21.911	517	27.528	7.373	-	1.524.139	1.528.115	(3.976)	

8.5. Informações relevantes sobre os investimentos

As informações sobre os saldos de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado das investidas estão apresentadas a seguir:

	Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos		Segmento Madeira Energia		Segmento Arenas		Segmento Outros	
	Companhia Operadora de Rodovias - COR		SAAG		SPE Holding Beira- Rio S.A.		AGC Energia S.A. Evolua	
Informações das investidas								
Ativo total	2.581	7.332	196.991	40	125.363			
Passivo total	6.931	18	191.834	19	91.946			
Capital social	50	1.176.056	384.613	42	22.507			
Patrimônio líquido	(4.350)	7.314	5.157	21	33.417			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(3.657)	(150.873)	(20.917)	(5)	(17.092)			
Número de ações ordinárias	20.003	6.886.885.971	384.613.254	41.720	18.548.591			
Número de ações preferenciais	-	13.600.309.041	-	41.720	-			
Número total de ações	20.003	20.487.195.012	384.613.254	83.440	18.548.591			
Outras informações da Companhia								
Número de ações detidas	6.667	3.397.083.143	192.306.628	83.440	9.274.296			
Participação no capital social da investida (%)	33,33%	16,58%	50,00%	100,00%	50,00%			

Outras informações relevantes sobre os investimentos da Companhia estão detalhadas abaixo:

MESA

Procedimento Arbitral CAM 115/18

Em relação ao aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018, os acionistas SAAG Investimentos S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A. ajuizaram tutela de urgência antecedente ao procedimento arbitral objetivando suspender seus efeitos, que foi indeferida em 1ª e 2ª instâncias. A deliberação, contudo, foi questionada em procedimento arbitral perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, cujo Termo de Arbitragem foi assinado em 10 de junho de 2019.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença deferindo a anulação do referido aumento de capital, na parte integralizada em créditos. Os assessores jurídicos classificaram o prognóstico de perda deste procedimento arbitral como provável. Neste sentido, a MESA provisionou a perda estimada de R\$754.670 na rubrica “Provisões para Contingências” no passivo circulante, em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

Em 13 de janeiro de 2022, foi iniciada a fase de esclarecimentos tendo a MESA apresentado os seus pedidos nesta data. Em 16 de março de 2022, o Tribunal Arbitral divulgou às partes a decisão final, apreciando os pedidos de esclarecimentos, mantendo o deferimento da anulação do aumento de capital com correspondente cancelamento das ações emitidas, definindo o prazo decumprimento de sentença de até 45 dias, porém, não estabelecendo qualquer orientação quanto à sua liquidação.

Em 29 de abril de 2022, a MESA foi notificada pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A, também parte requerida no procedimento arbitral em questão, de que houve o ajuizamento de medida judicial (processo nº 1037335-61.2022.8.26.0100) com pedido de tutela de urgência para imediata suspensão dos efeitos da referida sentença arbitral, a fim de que se mantivessem as participações societárias detidas pelos acionistas antes dos efeitos da sentença arbitral, tendo sido deferido o pedido de tutela de urgência em 28 de abril de 2022. Desta forma, em cumprimento à decisão acima referida, a MESA não realizará quaisquer ajustes nas participações societárias enquanto perdurar a suspensão dos efeitos da sentença. Contudo, como a suspensão mencionada não tem caráter definitivo e os assessores jurídicos mantiveram o prognóstico de perda como provável, para as demonstrações financeiras de 2022, a MESA manteve o provisionamento tal como realizado nas demonstrações financeiras de 2021.

Deste evento, a Administração da MESA, com o apoio de assessores jurídicos, entende que, uma vez confirmada a exigibilidade dos créditos, a sua liquidação poderá ser realizada, dentre outras alternativas, por meio de reestruturação societária, acordada entre os acionistas, visto que os Contratos de Financiamento do BNDES Direto, do Repasse e do FNO, todos consolidados em dezembro de 2018 no âmbito do reperfilamento da dívida, e celebrados com interveniência dos acionistas credores desta arbitragem, e garantidores da MESA, estabelecem, de forma expressa, a vedação de pagamento com recursos próprios da MESA de quaisquer valores devidos em decorrência de decisão nesta arbitragem, os quais deverão ser obtidos por meio de contratação de dívida subordinada ou aporte de capital.

Procedimento Arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA

A Santo Antônio Energia S.A., controlada da MESA, requereu, em 30 de novembro de 2015, perante a Câmara de Comércio Internacional (“CCI”), procedimento arbitral em face do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”) para dirimir dúvidas relativas ao Contrato EPC (Contrato de Construção da UHE firmado com o CCSA), sendo que a arbitragem foi instaurada em caráter sigiloso, nos termos do próprio Contrato. Os árbitros, após pedido apresentado pelo Grupo Eletromecânico (“GICOM”) que compõe parte do CCSA, decidiram aceitar que todas as demandas, inclusive entre GICOM e Grupo Civil (“GCIVIL”), que integra o restante dos participantes do CCSA, fossem decididas conjuntamente na arbitragem em curso e pela competência do Tribunal Arbitral.

Após pleno cumprimento pelas Partes de todas as fases do Procedimento Arbitral, em 7 de fevereiro de 2022, foi proferida Sentença Arbitral desfavorável aos interesses da Santo Antônio Energia S.A., controlada da MESA.

A perda da arbitragem, representou os seguintes impactos financeiros à Santo Antônio Energia S.A., os quais foram registrados no exercício de 2022:

- (a) No caixa, R\$1.498.000: pelo pagamento de custos adicionais e devoluções de retenções contratuais. Estes valores já contemplam a dedução do montante julgado em favor da Santo Antônio Energia S.A., que totalizou R\$106.291;
- (b) No Ativo imobilizado, R\$183.530: pela capitalização de gastos com pessoal incorridos no período da construção da UHE;
- (c) No resultado do exercício, R\$1.780.293: pela perda do ativo financeiro dispêndios reembolsáveis e pelo pagamento de custos adicionais no rol da construção da UHE.

Para os referidos pagamentos, a Santo Antônio Energia S.A., controlada da MESA, contou com aporte de acionista. Mediante celebração dos Acordos supracitados, a CCI, em 12 de setembro de 2022, formalizou o encerramento da Arbitragem nº 21.511/ASM/JPA.

Aporte de Capital e Distrato do acordo de acionistas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital social na MESA no valor de até R\$1.582.552, mediante a emissão de até 12.764.070.940 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,1240 centavos cada, a serem integralizadas em moeda corrente do País, para fins de integralização na Santo Antônio Energia S.A., para fazer frente aos impactos decorrentes do Procedimento Arbitral CCI 21.511 /ASM/JPA.

A integralização do capital foi realizada pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), em 02 e 09 de junho de 2022, nos montantes de R\$681.374 e R\$901.178, respectivamente. Adicionalmente, em 08 de julho de 2022, foi celebrado o Distrato do Acordo de Acionistas da MESA, culminando na assunção do controle societário da MESA por Furnas, com consequente alteração da composição do Conselho de Administração pelo aumento da participação acionária de Furnas de 43,05% para 72,36% de capital social da MESA, resultante da integralização por Furnas de R\$1.582.552, conforme Comunicados ao Mercado divulgados em 03 e 10 de junho de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$12.202.337 dividido em 24.796.536.323 ações ordinárias nominativas

9. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

9.1. Composição

Na rubrica de Outros ativos realizáveis a longo prazo, classificados como Não Circulante é composto principalmente por adiantamentos efetuados a terceiros para desenvolvimento de novos projetos ligados à atividade operacional da Companhia. A Administração da Companhia tem acordado que os valores adiantados serão ressarcidos quando da conclusão dos projetos em andamento.

10. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

10.1. Política contábil

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento para demonstrar o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando houver.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

10.2. Composição

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 5,04% ao ano, que representa, substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento dos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Controladora e Consolidado

Arrendamentos	31/12/2021	Adições	Amortização	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2022
Direito de uso com arrendamentos							
Imóveis	100	1.421	(1.409)	-	-	-	112
	100	1.421	(1.409)	-	-	-	112
Passivos de arrendamentos							
Imóveis	67	1.421	-	29	(15)	(1.303)	199
	67	1.421	-	29	(15)	(1.303)	199

	Arrendamentos	31/12/2020	Adições	Amortização	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2021
Direito de uso com arrendamentos								
Imóveis		108	1.171	(1.179)	-	-	-	100
		108	1.171	(1.179)	-	-	-	100
Passivos de arrendamentos								
Imóveis		85	1.171	-	22	(22)	(1.189)	67
		85	1.171	-	22	(22)	(1.189)	67

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

11.1. Composição

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamento Lei nº 11.941/09 (a)	383.095	-	383.095	-
PIS e COFINS	605	102	608	104
IRRF	171	435	171	435
PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros	12	72	12	72
Outros	9	8	9	9
	383.892	617	383.895	620
Circulante	79.194	617	79.197	620
Não circulante	304.698	-	304.698	-

(a) Parcelamento de IRPJ e CSLL da Companhia referente aos débitos de IR e CSLL sobre o lucro apurado no 3º trimestre de 2022 resultante, principalmente, da alienação da participação da AGPAR na CCR. O montante foi parcelado em 60 (sessenta) parcelas iguais.

12. DEBÊNTURES A PAGAR

12.1. Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados ou na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todas as debêntures, em 31 de dezembro de 2022, estão classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

12.2. Composição

Controladora e Consolidado

	Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2022	31/12/2021
		31/12/22	31/12/21		
Debêntures 1ª Emissão (a)	R\$	TJLP +1,65%	TJLP +1,65%	293.302	335.441
Debêntures 4ª Emissão (b)	R\$	100% do CDI + 2,15%	100% do CDI + 2,15%	-	1.574.319
Debêntures 5ª Emissão (c)	R\$	100% do CDI + 5,40%	100% do CDI + 4,90%	-	304.296
Debêntures 6ª Emissão(d)	R\$	100% do CDI + 3,40%	100% do CDI + 3,40%	-	63.142
Total				293.302	2.277.198
Circulante				33.476	870.742
Não circulante				259.826	1.406.456

Principais informações sobre os empréstimos e financiamentos

(a) 1ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em Assembleias realizadas em 21 de dezembro de 2010 e 23 de setembro de 2011, a Administração da Companhia aprovou a 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia, sendo o subscritor o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), tendo como banco operador o Banco da Amazônia e tendo como gestor a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). Foram emitidas 263.424.210 debêntures, escriturais, divididas em quatro séries, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é R\$293.302.

Vencimento

As debêntures vencerão em outubro de 2031, com amortização em 35 parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento em outubro de 2016 e a última no dia 15 de outubro de 2031.

Remuneração

Custo básico: Atualização correspondente à variação acumulada da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada de forma pro rata temporis por dias corridos, em regime de capitalização composta, incidente sobre o saldo do valor nominal das Debêntures, a partir da data de sua integralização.

Juros: Incide sobre os saldos dos valores nominais das Debêntures, acrescidos do custo básico mencionado no item anterior, juros à taxa efetiva de 1,65% a.a., base 360 dias, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigidos semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada, ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Del Credere: A partir da data da integralização das debêntures, sobre os saldos dos valores nominais das debêntures, acrescidos do custo básico, incidirão encargos à taxa efetiva de 0,15% a.a., base 360 dias, a título de del credere, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigido semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Conversibilidade

A SUDAM, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou de resgate, poderá optar por converter as debêntures subscritas em ações preferenciais, sem direito a voto da Companhia, respeitando o limite de 50% no montante subscrito. Caso a SUDAM não opte pela conversão, fica a Companhia obrigada a efetuar os pagamentos semestrais e o resgate total dos títulos, no respectivo vencimento. Cada parcela das debêntures a ser convertida corresponderá a um número inteiro de ações obtido pela divisão do valor do montante a ser convertido pelo preço de emissão de cada ação.

O preço de conversão das ações será equivalente ao menor dos seguintes valores: (a) cotação média dos últimos trinta dias em que foram negociadas em bolsas de valores nacionais; ou (b) valor acionário decorrente de avaliação da Companhia, considerado o método de fluxo de caixa descontado, consideradas todas as participações acionárias detidas pela Companhia, segundo avaliação a ser realizada por Banco de Investimento de primeira linha, contratado de comum acordo entre a Companhia e a SUDAM.

(b) 4ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 06 de janeiro de 2017, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Foram emitidas 1.600.000 debêntures em série única, no valor nominal de R\$1 (hum mil reais), no montante de R\$1.600.000 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), com prazo de vencimento final em novembro de 2022.

Em 14 de novembro de 2019, os debenturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debenturistas (i) a adesão a oferta de resgate parcial de debêntures; (ii) alteração da remuneração das debêntures e da data de pagamento da mesma e; (iii) a prorrogação do prazo de vencimento das debêntures para maio de 2024.

Em 18 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou uma oferta de resgate antecipado parcial de 100.600 (cem mil e seiscentas) debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures.

Em 30 de novembro de 2021, os debenturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debenturistas: (i) alteração da data de pagamento da remuneração das debêntures e; (ii) a prorrogação do prazo de pagamento da primeira amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, cujas datas passaram a ser 02 de fevereiro de 2022.

As debêntures foram quitadas em 12 de setembro de 2022, em virtude da venda da participação na investida CCR, por ter como garantia as ações desse investimento.

(c) 5ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 09 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 312.500 (trezentas e doze mil e quinhentas) com valor nominal unitário de R\$1 (hum mil reais) cada e valor nominal total de R\$312.500 (Trezentos e doze milhões e quinhentos mil reais).

O valor nominal unitário das debêntures passou para (i) R\$994,07201501, após a amortização extraordinária ocorrida em 04 de novembro de 2020; (ii) R\$1.001,52755512, a partir de 09 de dezembro de 2021, em razão da incorporação do waiver fee de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário na referida data; e (iii) R\$ 994,98859197 após a amortização extraordinária ocorrida em 28 de janeiro de 2022.

As debêntures possuíam prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses contados da data de emissão, que seria amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais com vencimento final em 09 de dezembro de 2025.

As debêntures foram quitadas em 12 de setembro de 2022, em virtude da venda da participação na investida CCR, por ter como garantia as ações desse investimento.

(d) 6ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 09 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 6ª (Sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada. Foram emitidas 62.500 (sessenta e dois mil e quinhentas) com valor nominal unitário de R\$1 (hum mil reais) cada e valor nominal total de R\$62.500 (Sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais).

O valor nominal unitário das debêntures passou para (i) R\$994,07201501, após a amortização extraordinária ocorrida em 04 de novembro de 2020; e (ii) R\$ 987,80128821 após a amortização extraordinária ocorrida em 28 de janeiro de 2022.

As debêntures tinham prazo de vencimento para dezembro de 2025, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura da 6ª Emissão. O saldo do Valor Nominal Unitário seria amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais com vencimento final em 09 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a Companhia se comprometeu a pagar aos debenturistas prêmio apurado em cada uma das datas de verificação nos termos da Escritura da 6ª Emissão, conforme aditada de tempos em tempos.

As debêntures foram quitadas em 12 de setembro de 2022, em virtude da venda da participação na investida CCR, por ter como garantia as ações desse investimento.

Garantias

Os empréstimos mencionados nos itens (b), (c) e (d) contavam com a garantia da alienação fiduciária de ações de emissão da CCR e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes dos direitos econômicos destas ações.

Até setembro de 2022, estavam alienadas (i) em favor da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 157.874.511 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças.

Até setembro de 2022 também se encontravam alienadas 109.576.452 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios em favor da TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. ("TMF"), na qualidade de representante dos Agente de Garantia Local de novas notas 9.500% Senior Secured Notes due 2024 ("Notes") emitidas pela Andrade Gutierrez International S.A. ("AGINT") no mercado internacional em dezembro de 2019, no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária e Outras Avenças.

As demais ações da CCR (190.573.384) também estavam oneradas à TMF com efeito suspensivo, aguardando liberação pelos credores das dívidas mencionadas nos itens (c) (e) e (f).

O empréstimo mencionado no item (a), conta com as garantias de penhor de dividendos assim compreendidos como todos os proventos, frutos ou rendimentos de livre movimentação relativos às ações de emissão da Madeira Energia S.A. e da conta reserva equivalente a 2 vezes o serviço da dívida (principal + encargos), conforme informado no item (a) da Nota explicativa 6.

Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os vencimentos dos empréstimos no longo prazo podem ser assim demonstrados:

Controladora e Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	550.773
2024	32.477	552.693
2025	32.477	104.229
2026	32.477	33.127
Após 2026	162.395	165.634
	259.826	1.406.456

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

As movimentações das debêntures a pagar da Companhia, conciliada com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

Controladora e Consolidado

	31/12/2021	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2022
Debêntures 1ª Emissão	335.441	(34.357)	(40.593)	32.811	-	293.302
Debêntures 4ª Emissão	1.574.319	(1.632.442)	(103.024)	153.174	7.973	-
Debêntures 5ª Emissão	304.296	(312.977)	(40.350)	37.648	11.383	-
Debêntures 6ª Emissão	63.142	(62.130)	(22.906)	19.615	2.279	-
	2.277.198	(2.041.906)	(206.873)	243.248	21.635	293.302

Controladora e Consolidado

	31/12/2020	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2021
Debêntures 1ª Emissão	319.831	(2.977)	(2.801)	21.388	-	335.441
Debêntures 4ª Emissão	1.497.952	-	(26.204)	99.281	3.290	1.574.319
Debêntures 5ª Emissão	297.498	-	(23.787)	27.851	2.734	304.296
Debêntures 6ª Emissão	59.496	-	(1.751)	4.850	547	63.142
	2.174.777	(2.977)	(54.543)	153.370	6.571	2.277.198

13. PARTES RELACIONADAS

13.1 Composição

Controladora

	Natureza	31/12/2022		31/12/2021	
		Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladas em conjunto</i>					
CCR S.A. (a)	Dividendos	-	-	1.722	-
Evolua Energia Participações S.A. (b)	AFAC/Nota de débito	16.098	-	-	-
<i>Outras Partes Relacionadas</i>					
Consórcio COPER	Outros	-	(211)	-	(211)
Companhia Operadora de Rodovias (c)	Outros	1.839	-	314	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Nota de débito	-	(1.146)	-	-
Consag Engenharia S.A.	Nota de débito	-	(39)	-	-
Outros	Outros	-	(84)	-	(85)
		17.937	(1.480)	2.036	(296)
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora direta</i>					
Andrade Gutierrez S.A. (d)	Mútuo	206.844	-	214.990	(41)
<i>Outras Partes Relacionadas</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Outros	-	(41)	-	-
Telis Participações S.A. (e)	Mútuo	22.473	-	20.009	-
		229.317	(41)	234.999	(41)

Consolidado

	Natureza	31/12/2022		31/12/2021	
		Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladas em conjunto</i>					
CCR S.A.	Dividendos	-	-	1.722	-
Evolua Energia Participações S.A.	AFAC/Nota de débito	16.098	-	-	-
<i>Outras Partes Relacionadas</i>					
Consórcio COPER	Outros	-	(211)	-	(211)
Companhia Operadora de Rodovias	Outros	1.839	-	314	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Nota de débito	-	(1.146)	-	-
Consag Engenharia S.A.	Nota de débito	-	(42)	-	-
Outros	Outros	-	(84)	-	(85)
		17.937	(1.483)	2.036	(296)
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora direta</i>					
Andrade Gutierrez S.A.	Mútuo	206.844	-	214.990	(41)
<i>Outras Partes Relacionadas</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Outros	-	(41)	-	-
Telis Participações S.A.	Mútuo	22.473	-	20.009	-
		229.317	(41)	234.999	(41)

- Saldo a receber referente ao dividendo mínimo obrigatório sobre os lucros apurados no exercício de 2021, que foram revertidos em 2022, para compor o valor da alienação da participação na CCR;
- Adiantamento para futuro aumento de capital realizado ao longo do ano na controlada em conjunto Evolua Energia Participações S.A.;
- Refere-se a repasse de custos de pessoal entre o consórcio COPER e a consorciada Companhia Operadora de Rodovias;
- Se referem a mútuos com a controladora, que possuem vencimentos previstos até 2025;
- Mútuo com Telis Participações S.A. com vencimento em abril de 2023.

O Grupo AG adota a prática contábil de reconhecer os seus adiantamentos para futuro aumento de capital no Ativo, pela Companhia que envia e no passivo pela Companhia que recebe.

As transações de mútuos a receber entre a Companhia e suas partes relacionadas, são realizadas em condições negociadas entre as partes, as quais podem ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

14. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

14.1 Política contábil

Provisões para riscos

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Estas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para riscos são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração acompanha periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões (sempre que surgirem novos processos com prognóstico de perda provável ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda) ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

Podem existir ainda, processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores

jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, onde apenas é exigido a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidos quaisquer provisões ou divulgação.

14.2. Composição

As provisões para contingências refletem a opinião de assessores jurídicos (internos e externos) de que a Companhia e sua controlada incorrem em risco provável de perda em ações judiciais de qualquer natureza.

14.3. Movimentação

Controladora e Consolidado

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência para pagamento	Provisões em 31/12/2022
Cíveis (a)	165.057	68.243	(33.300)	(200.000)	-
Trabalhistas (b)	15	82	(70)	-	27
TOTAL	165.072	68.325	(33.370)	(200.000)	27

Controladora e Consolidado

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2020	Adições	Baixas	Provisões em 31/12/2021
Cíveis	112.184	52.873	-	165.057
Trabalhistas	566	-	(551)	15
TOTAL	112.750	52.873	(551)	165.072

- (a) Refere-se à arbitragem instaurada pelo Fundo de Investimento em Participações Melbourne contra a AGPAR, no qual a Companhia era requerida a reembolsar perdas indenizatórias a terceiro, referente à operação de alienação de participação acionária na SAAG, realizada no ano de 2014. Em função de acordo entre as partes, a Companhia efetuou um pagamento final, no valor de R\$200.000.
- (b) Adicionalmente, esta rubrica contempla valores advindos da operação do consórcio COPER, no valor de R\$27, referem-se substancialmente a provisões para contingências trabalhistas.

14.4. Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise pelos respectivos Escritórios Jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

15.1. Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em projeções internas da Companhia.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, como por exemplo, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os saldos de variações cambiais de ativos e passivos mantidos com investidas no exterior. Tanto a variação cambial destes saldos como os impostos diferidos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, no grupo de outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente e o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

15.2. Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.112.362	(185.381)	2.112.362	(185.381)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	(718.203)	63.030	(718.203)	63.030
(Adições) exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	214.214	(9.359)	214.216	(9.360)
Provisões	56.115	(17.789)	56.115	(17.789)
Outras adições	(462)	(426)	(462)	(426)
Outras exclusões	53.112	102	53.112	102
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não constituídos	(68.050)	(35.558)	(68.052)	(35.557)
	254.929	(63.030)	254.929	(63.030)
Utilização do prejuízo fiscal	138.984	-	138.984	-
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	(324.290)	-	(324.290)	-
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	15,35%	0,00%	15,35%	0,00%

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é composto por 430.811.099 ações ordinárias e 861.585.307 ações preferenciais, com valor nominal de R\$0,001839 por cada ação. O capital social da Companhia é composto conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações mil	%	Ações mil	%
Andrade Gutierrez S.A.	1.292.388	99,99938%	1.292.388	99,99938%
Ações em tesouraria (a)	8	0,00062%	8	0,00062%
	1.292.396	100%	1.292.396	100%

- (a) Em fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a recompra de ações de sua própria emissão, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de ações em tesouraria é de R\$85, correspondente a 7.684 ações ordinárias e 714 ações preferenciais.

16.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

16.3. Reserva de lucros – reserva estatutária

Efetuada a destinação do valor da reserva legal, e atendida a distribuição mínima de dividendos, a reserva estatutária é constituída à alíquota de 71,25% sobre o resultado líquido do exercício remanescente, conforme artigo 164 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e sua destinação é limitada ao valor do capital social da Companhia.

16.4. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

A compensação de prejuízos ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de Lucros Acumulados e das demais Reservas de Lucro (parágrafo único do art. 189 da lei nº 6.404/76).

16.5. Resultados abrangentes

Conforme indicado na demonstração dos resultados abrangentes, o saldo se refere a: (i) variação cambial apurada em investimentos em controladas e coligadas no exterior, decorrente de conversão das demonstrações financeiras para a moeda de apresentação da Companhia (Reais); e (ii) variação cambial sobre os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira com controladas do exterior, reconhecidos como investimentos líquido no exterior, bem como o efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

17 RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

17.1. Política contábil

Respeitadas as determinações trazidas pela nova norma de reconhecimento de receitas, CPC 47, as receitas de serviços de operação e manutenção são reconhecidas de acordo com as bases contratuais estabelecidas, respeitando o reconhecimento, por parte dos clientes, da prestação adequada dos serviços e, geralmente, representam um fluxo contínuo de geração de direitos de receber por parte da Companhia em contraparte ao fornecimento de serviços.

17.2. Composição

O consórcio COPER, no qual a Companhia possui participação de 32,67% era o responsável pela geração de receita operacional da Companhia. Entretanto, o referido consórcio cessou suas atividades operacionais em 28 de fevereiro de 2021.

Controladora e Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas dos serviços de operação e manutenção	-	31.531
Total da receita bruta	-	31.531
ISS	-	(1.414)
PIS-COFINS	-	(2.062)
Total das deduções sobre a receita bruta	-	(3.476)
Receita líquida de serviços prestados e vendas	-	28.055

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

18.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

18.2. Composição

Os custos dos serviços prestados eram provenientes da participação da Companhia no consórcio COPER, que cessou suas atividades operacionais em 28 de fevereiro de 2021.

Controladora

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custos dos serviços prestados e das vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados e das vendas	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	-	(240)	(1.708)	(284)
Depreciação e amortização	-	(1.423)	-	(2.008)
Salários e encargos sociais	-	(12.256)	(1.022)	(12.690)
Contratação de serviços de terceiros	-	(95.188)	(11.801)	(8.058)
Impostos, taxas e encargos	-	(841)	-	(545)
Outros	-	(285)	(8)	(410)
Total	-	(110.233)	(14.539)	(23.995)

Consolidado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custos dos serviços prestados e das vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados e das vendas	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	-	(240)	(1.708)	(284)
Depreciação e amortização	-	(1.423)	-	(2.008)
Salários e encargos sociais	-	(12.256)	(1.022)	(12.690)
Contratação de serviços de terceiros	-	(95.203)	(11.801)	(8.058)
Impostos, taxas e encargos	-	(832)	-	(545)
Outros	-	(286)	(8)	(411)
Total	-	(110.240)	(14.539)	(23.996)

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDO

O saldo da rubrica Outras receitas (despesas) operacionais é composto por:

Controladora e Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Receita na venda de participação CCR	4.127.060	-
Baixa ativo mantido para venda CCR	(2.133.709)	-
Realização de outros resultados abrangentes CCR (a)	(92.116)	-
Perda do processo cível FIP Melbourne	(200.000)	-
Outras perdas COPER	(75)	(100)
Ganho na variação de participação na Evolua	-	9.210
	1.701.160	9.110

(a) Refere-se à realização dos outros resultados abrangentes reflexos da CCR no valor de R\$139.914 e R\$232.030 referente à ágio de mudança de participação na CCR.

20. RESULTADO FINANCEIRO

20.1. Composição

O resultado financeiro é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	41.893	561	41.893	561
Juros sobre créditos com partes relacionadas	21.965	10.771	21.965	10.771
Outras receitas financeiras	13	93	15	93
	63.871	11.425	63.873	11.425
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(243.248)	(153.370)	(243.248)	(153.370)
Atualização monetária demais passivos	(72.274)	-	(72.274)	-
Outras despesas financeiras	(22.001)	(17.272)	(22.001)	(17.272)
	(337.523)	(170.642)	(337.523)	(170.642)
Total das receitas e despesas financeiras, líquido	(273.652)	(159.217)	(273.650)	(159.217)

21. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

21.1. Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

21.2. Resultado básico por ação

Considerando a média ponderada da quantidade de ações em circulação nos exercícios de 2022, o cálculo do resultado por ação é assim apresentado:

Resultado básico por ação

(Em milhares, exceto valor por ação)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	1.788.072	(185.381)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	1.788.072	(185.381)
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	558.789	(57.933)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	1.229.283	(127.448)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	1.788.072	(185.381)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.811	430.811
Média ponderada de número de ações preferenciais	861.585	861.585
Total	1.292.396	1.292.396
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas		
por ação ordinária	1,2971	(0,1345)
por ação preferencial	1,4268	(0,1479)

21.3. Resultado diluído por ação

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado básico por ação pode ser diluído, em função da conversibilidade das debêntures referentes a 1º emissão da Companhia, e os cálculos podem ser assim demonstrados:

Resultado diluído por ação

(Em milhares, exceto valor por ação)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	1.788.072	(185.381)
(+) Juros aos detentores de instrumentos conversíveis	17.402	10.208
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	1.805.474	(175.173)
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	494.921	(50.959)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	1.310.552	(124.214)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	1.805.473	(175.173)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.811	430.811
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.023.310	1.033.090
Total	1.454.121	1.463.901
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas		
por ação ordinária	1,1488	(0,1183)
por ação preferencial	1,2807	(0,1202)

22. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital, que é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (b) Risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

a) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2022, os índices de endividamento líquido são conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures a pagar	293.302	2.277.198	293.302	2.277.198
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(796.026)	(31.426)	(796.037)	(31.427)
Dívida (caixa) líquida ("DL")	(502.724)	136.753	(502.735)	136.753
Patrimônio líquido ("PL")	404.707	(639.174)	404.707	(639.174)
DL / PL	-124,22%	-21,40%	-124,22%	-21,40%

b) Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos, substancialmente, em operações compromissadas, CDB's e time deposits. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos. Nenhum dos equivalentes de caixa ou aplicações financeiras da Companhia estão expostos a risco de perda no valor original aplicado, por tanto, o risco mencionado refere-se apenas à redução em relação aos montantes dos rendimentos a serem auferidos sobre tais ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função das debêntures emitidas vinculadas à TJLP. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos financeiros para a proteção contra a variação das taxas.

Resumo da exposição da Companhia às taxas de juros

Controladora e Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de juros pós-fixada		
<i>Ativos</i>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	9.947	1.787
Fundo de investimento	8.501	11.133
Operações compromissadas	47	54
	18.495	12.974
<i>Passivos</i>		
Debêntures a pagar	293.302	2.277.198
	293.302	2.277.198

Análise de sensibilidade da exposição da Companhia às taxas de juros

A Companhia elaborou uma análise de sensibilidade dos efeitos das taxas de juros indexadas de seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise tais taxas foram estressadas em -50%, -25%, 25% e 50%, em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Operação	Risco	31/12/2022	Período até 31 de dezembro de 2023				
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
CDI	Varição do CDI	0,1365	0,1365	0,0683	0,1024	0,1706	0,2048
TJLP	Varição da TJLP	0,0720	0,0737	0,0369	0,0553	0,0921	0,1106

Cenário atual: refere-se ao cenário real no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 24 de fevereiro de 2023, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro, tais como, Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até o mês anterior ao da data de aprovação destas demonstrações financeiras;

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, em -50%, -25%, 25% e 50% respectivamente.

A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Controladora e Consolidado

Empréstimos e Financiamentos		31/12/2022	Período até 31 de dezembro de 2023				
Operação	Risco	Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Debêntures	TJLP	293.302	314.918	303.313	309.116	320.720	326.523
Efeito de ganho (perda)			(21.616)	11.605	5.802	(5.802)	(11.605)

Aplicações financeiras de liquidez imediata		31/12/2022	Período até 31 de dezembro de 2023				
Operação	Risco	Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Certificado de Depósito CDI		9.947	11.305	10.533	10.919	11.691	12.077
Fundos de investimento CDI		8.501	9.661	9.002	9.331	9.991	10.320
Operações compromi CDI		47	53	49	51	55	57
		18.495	21.019	19.584	20.301	21.737	22.454
Efeito de ganho (perda)			2.524	(1.435)	(718)	718	1.435
Efeito de ganho (perda), líquido			(19.092)	10.170	5.084	(5.084)	(10.170)

Instrumentos financeiros por categoria

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

Controladora	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor contábil		Valor justo		Valor contábil		Valor justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1	Nível 3	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1	Nível 3
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	345	18.495	345	-	264	12.974	264	-
Títulos e valores mobiliários	-	777.186	-	-	18.188	-	18.188	-
Créditos com partes relacionadas	17.937	229.317	-	17.937	-	235.313	-	-
	18.282	1.024.998	345	17.937	18.453	248.287	18.453	-
Passivos								
Empréstimos e Financiamentos	-	293.302	-	-	-	2.277.198	-	-
Fornecedores e subempreiteiros	-	693	-	-	-	5.285	-	-
Passivos de arrendamentos	-	199	-	-	-	67	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.521	-	-	1.521	337	-	-	337
	1.521	294.194	-	1.521	337	2.282.551	-	337

Consolidado	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor contábil		Valor justo		Valor contábil		Valor justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1	Nível 3	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1	Nível 3
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	356	18.495	356	-	265	12.974	265	-
Títulos e valores mobiliários	-	777.186	-	-	18.188	-	18.188	-
Créditos com partes relacionadas	17.937	229.317	-	17.937	-	235.313	-	-
	18.293	1.024.998	356	17.937	18.453	248.287	18.453	-
Passivos								
Empréstimos e Financiamentos	-	293.302	-	-	-	2.277.198	-	-
Fornecedores e subempreiteiros	-	706	-	-	-	5.286	-	-
Passivos de arrendamentos	-	199	-	-	-	67	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.524	-	-	1.524	337	-	-	337
	1.524	294.207	-	1.524	337	2.282.551	-	337

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas nos exercícios de 2022 e 2021 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ajustes de avaliação patrimonial, reflexos	(27.395)	21.911
Alteração de participação em investida (Evolua)	-	(9.205)
Outras transações de capital	-	(14)
Aumento de capital na investida BRIO	4.420	-
	(22.975)	12.692

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Informações da Companhia

Alienação da participação da Companhia na SAAG

Em 20 de março de 2023, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) visando alienar a totalidade de suas ações de emissão de sua investida SAAG (3.397.083.143 ações ordinárias, correspondentes a 16,58% do capital social da SAAG). Por essa transação de venda da totalidade das ações da SAAG, a AGPAR receberá de Furnas o valor total de R\$6.237.942,36, em parcela única, corrigido pela variação positiva do IPCA/IBGE, entre a data de assinatura do contrato e a data do fechamento da operação que está vinculada ao cumprimento das condições precedentes constantes no contrato.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e foi autorizada sua emissão em 31 de março de 2023.

DIRETORES

Renato Torres de Faria - Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
José Henrique Braga Polido Lopes - Diretor de Investimentos
Saulo Alves Pereira Júnior - Diretor de Investimentos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Coutinho de Sena – Presidente
Cláudio José de Castro Miserani
Paulo Roberto Reckziegel Guedes
Renato Torres de Faria

CONTADOR RESPONSÁVEL

Leandro Mariano Gonçalves
CRC MG 105.896/O-1